

Um retrato dos brasileiros

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007. 280 p.

DANIEL CAPISTRANO

Mestre em Estudos Comparados sobre as Américas (Ceppac - UnB)

danielcapistrano@gmail.com

A PUBLICAÇÃO DE ALBERTO CARLOS DE ALMEIDA (2007), ‘A cabeça do brasileiro’, é baseada em dados construídos pela Pesquisa Social Brasileira (PESB). Esse *survey* foi realizado em 2002, com 2.636 entrevistas e tem como instrumento um questionário composto por mais de 180 itens sobre política, economia, sexualidade, fé, entre outros assuntos. O banco de dados da PESB é público e está disponível no Consórcio de Informações Sociais. Dessa forma, é possível repetir as mesmas análises sugeridas pelo autor, bem como exames estatísticos distintos.

Além disso, a PESB possui abrangência nacional que permite a realização de inferências para todo o país e possui um questionário formulado especificamente para a realidade brasileira. Embora a PESB trate de valores básicos das pessoas (*core values*), ela se distingue da maioria das pesquisas sobre valores realizadas em nível internacional como o *World Values Survey* e o *Latinobarômetro*, pois seu questionário não é e nem poderia ser traduzido e, como afirma o próprio autor, “isso é especialmente relevante pelo fato de a pesquisa haver sido formulada para mensurar o Brasil de acordo com os termos compreendidos e utilizado pelos brasileiros” (Almeida, 2007, p. 21).

O livro baseia-se nas pesquisas e teorias publicadas pelo antropólogo Roberto DaMatta, especialmente, em duas de suas obras mais conhecidas: *Carnaval, malandros e heróis* e *A casa & a rua*. A teoria de DaMatta expressa, por meio de pesquisas antropológicas, aspectos culturais da sociedade brasileira muito debatidos entre os acadêmicos, mas pouco estudados empiricamente até então. Considerações apuradas sobre o ‘jeitinho’ brasileiro, sobre o patrimonialismo, o bacharelismo, a valorização da hierarquia, compõem o mérito da obra de DaMatta. Almeida analisa os dados construídos pela PESB com o objetivo de tecer considerações sobre esses mesmos aspectos da sociedade brasileira de maneira quantitativa, por meio de análises estatísticas, metodologia comum nos estudos sobre cultura política.

Apesar de citar brevemente Christian Welzel, Robert Putnam e Ronald Inglehart, o livro não se posiciona explicitamente dentro do debate sobre cultura política. Como as questões abordadas no texto e a própria PESB tratam de valores, atitudes e opiniões individuais, assuntos que já vêm sendo debatidos durante cinco décadas dentro desse campo na ciência política, é de se questionar a ausência de um aprofundamento teórico e um diálogo com outros autores dessa área. Contudo, é possível supor que a própria finalidade do livro, voltada para um público muito maior do que o acadêmico – o que não exclui esse, tenha influência sobre a opção em colocar-se à margem dessa discussão. Além disso, é provável que a ênfase intencional sobre as questões levantadas por Roberto DaMatta seja mais uma causa dessa escolha do autor.

O argumento central do texto de Alberto Carlos Almeida está baseado na afirmação de que

o Brasil, na verdade, são dois países muito distintos em mentalidade. [...] Enquanto a classe baixa defende valores que tendem lentamente a morrer ou enfraquecer, a classe alta mantém-se aliada a muitos dos princípios sociais dominantes nos países já desenvolvidos. [A partir disso, o autor testa a hipótese de que] ...entre os fatores que determinam esse abismo entre brasileiros, um dos mais importantes é a escolaridade. É a educação que comanda a mentalidade (Almeida, 2007, p. 25).

Dessa forma, a maior parte do livro é composta por uma análise de frequências de questões da PESB articuladas pela hipótese citada, organizada em torno das seguintes características gerais da população brasileira: “apóia o ‘jeitinho brasileiro’; é hierárquico; é patrimonialista; é fatalista; não confia nos amigos; não tem espírito público; defende a ‘lei de Talião’; é contra o liberalismo sexual; é a favor de mais intervenção do Estado na economia; é a favor da censura”.

A despeito das diversas falhas presentes na apresentação dos dados e da questionável interpretação dos mesmos, já tratadas em uma outra resenha sobre a mesma obra (Fialho, 2008), ressalta-se apenas um dos temas abordados, o ‘estatismo do brasileiro’, para questionar essa caracterização proposta pelo autor e sua possível relação com a cultura política ideal para o regime democrático.

Para Alberto Carlos Almeida (2007, p. 193),

Para quem deseja menos Estado, resta apenas o consolo de que esse é o destino da opinião pública no Brasil. É um processo longo, porém inexorável: também nesse aspecto, à medida que a escolaridade aumentar, o apoio social à presença do Estado na economia tenderá a tornar-se cada vez menor.

Continuando, o autor comenta que “para mudar essa mentalidade hierárquica e pró-estatal é preciso escolarizar a população” (Almeida, 2007, p. 210). Utilizando as mesmas questões selecionadas pelo autor para tratar do ‘estatismo do brasileiro’ (Almeida, 2007, p. 184-185), foi criado um índice de estatismo com o objetivo de agregar todos os itens presentes nessa bateria de questões. Por meio da análise desse índice que varia de -14 (as empresas devem administrar todas as atividades) a 14 (o governo deve administrar todas as atividades), observa-se que realmente existe uma forte influência da ‘escolaridade’ sobre esse aspecto da cultura política mas, como esperado, a variável ‘renda mensal familiar’ e ‘escolaridade da mãe’ também apresentam um padrão na relação com o índice de estatismo.

O próprio autor reconhece essas variáveis ao afirmar que

mais dependentes de iniciativas governamentais, os brasileiros pobres acreditam que cabe ao Estado intervir mais na economia e na vida dos indivíduos (Almeida, 2007, p. 179).

Isso resulta de uma já reconhecida correlação entre renda e escolaridade no Brasil, além de apontar para a importância do ambiente de socialização que encontra bons indicadores nessas três variáveis.

Contudo, para o autor,

a desigualdade educacional não gera apenas desigualdade de renda. [...] Entre nós, a forma como se vê o mundo, se pela lentes liberais ou pelas intervencionistas, está fortemente condicionada pelo nível de educação. Aqui, o liberalismo não é a cultura dominante; pelo contrário, só entra na cabeça das pessoas depois que elas passam pelos bancos universitários (Almeida, 2007, p. 209).

Uma observação mais focada nos indivíduos de alta escolaridade nos aponta que nesse segmento existe sim a predominância de um perfil menos ‘estatista’ em relação aos demais, mas esse grupo altamente escolarizado também apresenta uma desvio padrão significativo em relação a esse ‘grau de estatismo’ (S2 da amostra = 5,89 e S2 de ‘nível superior’ = 5,83) e essa dispersão pode ser explicada, em pequena parte, por sua renda.

Com base nesses resultados, um questionamento a ser realizado é sobre o que determina essa predominância do perfil ‘menos estatal’, o nível de escolaridade ou o ambiente social, os valores, as orientações e atitudes historicamente compartilhadas por essa classe de renda mais elevada? Qual a relevância e influência dessas variáveis? Esses questionamentos não são realizados pelo autor.

Como foi apontado, a hipótese de Almeida (2007) necessita ser melhor trabalhada, por meio de testes ao longo do tempo, pois existem algumas evidências que indicam relações mais complexas do que as expostas em seu trabalho. Além de um país ‘dividido’ pela escolaridade, o Brasil possui uma divisão histórica entre os que têm acesso a riqueza material e aqueles que não possuem e que, mesmo com o aumento de escolarização característico das últimas décadas, compartilham de orientações e valores comuns embora cambiantes.

A crítica a esse ponto específico do trabalho pode ser expandida para os outros argumentos do autor. Em nenhum dos temas abordados por Almeida é possível afirmar que o aumento de escolaridade, ou a aproximação de taxas de escolaridade do país A em relação ao país B, implique modificação de aspectos culturais do país A ‘em direção’ aos valores do país B, por meio das relações encontradas na PESB. É possível apontar transformações, mas é questionável a hipótese de convergência.

Um encaminhamento possível à discussão iniciada por Almeida em *A cabeça do brasileiro* é a retomada da discussão não resolvida entre estudos de cultura política na América Latina e o debate em torno do conceito de cultura cívica iniciado pelos autores Gabriel Almond e Sidney Verba (1965), ou de direcionamento

do desenvolvimento humano como é trabalhado por Ronald Inglehart e Christian Welzel (2005).

Como afirma o próprio autor,

de toda sorte, o Brasil nunca será culturalmente igual aos Estados Unidos, e vice-versa. Porém, se desejarmos que alguns elementos da cultura norte-americana ganhem força no Brasil, os dados dessa pesquisa indicam um caminho muito claro: expanda-se de forma veloz a escolarização de grau superior no Brasil. Feito isso, ficaremos mais parecidos com nossos vizinhos do norte – mas nunca iguais (Almeida, 2007, p. 40-41).

Dessa forma, o que se questiona sobre a análise de Almeida não é a relação encontrada entre escolarização e os aspectos culturais da sociedade brasileira, mas a hipótese da convergência de valores com os Estados Unidos. É questionável, como a crítica ao conceito de cultura cívica presente em Almond e Verba (1980) deixa claro, utilizar a existência de determinados valores culturais de uma dada sociedade como condições para a existência de um regime democrático. Especialmente

utilizar esse referencial de ‘valores adequados’ para o estudo de sociedades completamente distintas do ponto de vista econômico, histórico, cultural e social.

Para uma análise mais sofisticada que dê início a uma discussão profícua sobre a cultura política no Brasil, seria importante que novos estudos façam uso das interpretações propiciadas pela PESB, que revelam a diferença entre os valores e as orientações do Brasil escolarizado e do Brasil não-escolarizado, localizando-as dentro da trajetória histórica das transformações sociais no Brasil e dentro dos vários processos em curso como as mudanças nas relações econômicas, o novo papel que a religião assume na vida dos brasileiros, a expansão das novas tecnologias de informação e comunicação, entre outros.

Dessa forma, para um teste mais apropriado da hipótese levantada por Alberto Carlos Almeida seria fundamental a análise das novas rodadas de pesquisas que atualizem as dimensões levantadas pela PESB ao longo dos anos para que esses novos estudos possam perceber com maior exatidão as características desse processo de transformação da cultura política brasileira.

Referências

ALMEIDA, Alberto Carlos. *A cabeça do brasileiro*. Rio de Janeiro: Record, 2007.
ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture: political attitudes and democracy in five nations*. Boston: Little Brown, 1965.
ALMOND, Gabriel; VERBA, Sidney. *The Civic Culture revisited*. Newbury park: Sage, 1980.

FIALHO, Fabrício Mendes. A cabeça do brasileiro, de Alberto Carlos Almeida (resenha). *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 66, p. 197-200, 2008.
INGLEHART, R.; WELZEL, C. *Modernization, Cultural Change, and Democracy: The Human Development Sequence*. Cambridge: Cambridge University, 2005.